

Aquicultura: incerteza no licenciamento coloca em risco o investimento futuro

Págs. IV e V



Destaque

GONÇALO SANTOS ANDRADE, PRESIDENTE DA PORTUGAL FRESH, QUER "MAIS LINHAS DESTINADAS AO INVESTIMENTO"

Frutas, legumes e flores querem atingir 4000 milhões de volume de negócios até 2035



Pág. III

Destaques

Eficiência hídrica AQUA+ nos edifícios pode gerar poupança de 800 milhões por ano

Pág. II

O papel da pecuária no desenvolvimento rural e no ecossistema é "frequentemente negligenciado"

Págs. VI e VII

'Miss Tata' estreia-se na Fruit Attraction em Madrid

Pág. VIII

PROJETO DA ADENE VENCEU A EDIÇÃO NACIONAL DOS EUROPEAN ENTERPRISE PROMOTION AWARDS 2021

Eficiência hídrica AQUA+ nos edifícios pode gerar poupança de 800 milhões por ano

O projeto AQUA+ acaba de vencer a edição portuguesa dos 'European Enterprise Promotion Awards 2021', coordenada em Portugal pelo IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, na categoria «Apoio à Transição Sustentável». Em novembro, vai disputar na Eslovénia a edição europeia daqueles prémios europeus de promoção empresarial, promovidos anualmente pela Comissão Europeia. Em entrevista à "vida Económica", Nelson Lage, presidente da ADENE - Agência para a Energia, explica que o AQUA+ envolveu um investimento de 272 mil euros e que, do total de auditorias realizadas entre 2019 e abril de 2021, "verifica-se um potencial de poupança média estimada de 45.000 litros/ano" de água por habitação. A estimativa é que a introdução da eficiência hídrica nos edifícios possa "gerar uma poupança de 800 milhões de euros por ano para as famílias portuguesas".

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica - O AQUA+ é da autoria da ADENE - Agência para a Energia e tem como mote "Água na medida certa". Em que consiste, na prática, este projeto?

Nelson Lage - O AQUA+ é um instrumento de promoção da eficiência hídrica em edifícios, que permite, de forma simples, ágil e voluntária, avaliar e classificar a eficiência hídrica de edifícios. Através de uma metodologia inovadora a nível mundial e pioneira na Europa, o AQUA+ classifica os imóveis numa escala universal de F (menos eficiente) a A+ (mais eficiente), fornecendo informação aos compradores, projetistas e investidores quanto à eficiência e sustentabilidade dos imóveis no uso da água e sobre como a melhorar.

Além da Classe Hídrica, o AQUA+ avalia o desempenho dos imóveis no que respeita às infraestruturas, equipamentos e dispositivos utilizadores de água (instalados ou em projeto), nomeadamente: fontes e redes de água, usos exteriores, eficiência dos dispositivos, equipamentos de lavagem (máquinas de lavar loiça e roupa) e água quente sanitária. Identifica ainda as medidas de melhoria a implementar para reduzir o consumo de água e o consumo de energia associado, quantificando o potencial de poupança de água e de água + energia de cada imóvel.

VE - Quantas e quais as entidades que estão envolvidas? Em que regiões do país?

NL - O AQUA+ resultou de um processo participativo 'bottom-up' (H2O-Design), assente em metodologias de 'Futures Thinking', 'Design Sprint' e



Nelson Lage, presidente da ADENE - Agência para a Energia.

mentoria em empreendedorismo, que envolveu consumidores, especialistas e stakeholders, numa aproximação colaborativa ao desenho de novas abordagens para o uso eficiente da água. Participaram dezenas de entidades a nível nacional, no que designamos o Fórum de Stakeholders H2ODesign. Contámos com a APA - Agência Portuguesa do Ambiente, ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, DECO Proteste, AdP - Grupo Águas de Portugal, EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres, SA, LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, ANQIP -

AQUA+: "O potencial combinado de poupança de água e energia para as famílias pode atingir o equivalente a 50% da fatura da água"

Associação Nacional para a Qualidade das Instalações Prediais, LIS-WATER - Centro Internacional de Lisboa para a Água e PPA - Parceria Portuguesa para a Água.

A metodologia AQUA+ foi depois desenvolvida e implementada pela ADENE, em colaboração com entidades do sistema científico e tecnológico nacional (SCTN) - LNEC, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico para a Construção (ITeCons) - e associações técnico-científicas - em particular a ANQIP, que, ao longo de 2019, efetuaram auditorias de calibração da metodologia em mais de 50 pilotos, contribuindo para o teste, otimização e validação do referencial atualmente em utilização.

VE - A metodologia foi entretanto alargada.

NL - Em 2020 e 2021 a metodologia foi alargada ao setor do Turismo, com o desenvolvimento do AQUA+ Hotéis (a

ser lançado no final de 2021), em parceria com o Turismo de Portugal e com a colaboração de outras entidades do SCTN - Universidade do Algarve, Filotipo, Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ) e ITeCons.

A implementação, disseminação e melhoria contínua do sistema assenta no Ecossistema AQUA+, criado para estimular a eficiência hídrica nos edifícios, que integra também a Rede de Compromisso AQUA+, constituída por mais de 30 entidades comprometidas em alavancar o AQUA+ a nível nacional.

VE - Dizem que o projeto visa o aumento da sustentabilidade através da conservação dos recursos hídricos. Quais recursos hídricos?

NL - O AQUA+ permite reduzir o consumo de água utilizada nos edifícios, ou seja, do ciclo urbano da água. Trata-se de recursos hídricos provenientes de diferentes origens de acordo com o local de consumo (incluindo rios, barragens), que atualmente são captados, tratados e distribuídos em volumes superiores aos efetivamente necessários, devido à ineficiência no seu uso. 30 a 50% é o desperdício, ou, de forma positiva, o potencial de eficiência hídrica nos edifícios, identificado em estudos e instrumentos nacionais e europeus.

Trata-se de uma percentagem muito elevada do consumo de água no ciclo urbano da água, que podemos reduzir já hoje, com a tecnologia disponível, através do uso de equipamentos mais eficientes, do aproveitamento de águas pluviais e da reutilização de águas cinzentas ou águas tratadas nas ETAR.

VE - Quer dar um exemplo?

NL - Por exemplo, um chuveiro ou uma torneira com as funcionalidades certas e caudal adequado pode consumir menos 60% de água para a mesma finalidade, tempo de uso e conforto. Tal como na energia, se agirmos nessa dimensão infraestrutural, mais rápida de mudar do que os comportamentos e dependente de menos interlocutores, podemos con-

"Um chuveiro ou uma torneira com as funcionalidades certas e caudal adequado pode consumir menos 60% de água para a mesma finalidade, tempo de uso e conforto"

tribuir para a conservação dos recursos hídricos.

VE - Que projetos de expansão têm para o projeto?

NL - O roteiro de expansão e evolução do AQUA+ prevê o seu alargamento faseado a novos tipos de edifícios: AQUA+ Hotéis, a lançar no final de 2021 e em funcionamento a partir de 2022, aplicável a hotéis e respetivas infraestruturas, como SPAs, campos de golfe, etc. A expansão prevê ainda o AQUA+ Comércio&Serviços, a desenvolver e implementar a partir de 2022 para diferentes tipologias e setores.

VE - Que ganhos económicos são expectáveis?

NL - Numa perspetiva conservadora (considerando 30% de potencial de eficiência hídrica), a introdução da eficiência hídrica nos edifícios pode gerar uma poupança estimada em 800 milhões de euros por ano para as famílias portuguesas (na redução da fatura da água e da energia associada ao aquecimento da água), só no setor doméstico.

Como a maior parte da água usada em casa é aquecida, o potencial combinado de poupança de água e energia para as famílias pode atingir o equivalente a 50% da fatura da água. Combinando as poupanças de água com as poupanças de energia (associadas ao consumo de água), o AQUA+ pode permitir às famílias portuguesas poupar até 300 euros por ano por agregado.

VE - Este é um projeto passível de ser replicado noutros países?

NL - A metodologia de auditoria do AQUA+ é replicável, permitindo que diferentes auditores alcancem a mesma classificação hídrica para um mesmo imóvel. Ao incidir sobre a componente infraestrutural e equipamentos dos edifícios, permite a comparação entre imóveis, independentemente de quem os habita. A abrangência da metodologia de avaliação torna-a aplicável a todos os edifícios residenciais (e, no futuro, hotéis), de características, tipologias e fases de construção diferentes (em projeto, em construção ou em uso).

Assim, apesar de possíveis diferenças regulamentares ou características específicas locais, a metodologia AQUA+ apresenta grande potencial de transferibilidade, podendo ser replicada noutros países da Europa e do mundo.

GONÇALO SANTOS ANDRADE, PRESIDENTE DA PORTUGAL FRESH, QUER "MAIS LINHAS DESTINADAS AO INVESTIMENTO"

Frutas, legumes e flores querem atingir 4000 milhões de volume de negócios até 2035

A Portugal Fresh - Associação para a Promoção das Frutas, Legumes e Flores de Portugal regressou esta semana, em Madrid, às feiras presenciais pós-pandemia. Trouxe 20 empresas, oito parceiros e sete associações setoriais. Contou com a presença do secretário de Estado da Internacionalização, Eurico Brilhante Dias, e da ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes. Em entrevista à "Vida Económica", o presidente, Gonçalo Andrade, aponta vários constrangimentos ao setor, mas é o acesso à água que mais o preocupa. Diz que é preciso uma estratégia para o regadio que respeite a sustentabilidade ambiental, mas "sem radicalismo" e, acima de tudo, que permita a "modernização dos perímetros de rega atuais e a criação de novos". O objetivo é que o setor das frutas, legumes e flores consiga "atingir 4000 milhões de euros de volume de negócios num espaço de 10 a 15 anos".

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica - Regressar a uma feira presencial após mais de um ano e meio de pandemia tem seguramente um sabor diferente para a Portugal Fresh e para as empresas participantes nesta edição da Fruit Attraction. Qual é o primeiro sentimento que lhe ocorre?

Gonçalo Andrade - A expectativa das empresas e da Portugal Fresh neste regresso aos eventos presenciais no palco internacional é enorme. Vivemos tempos terríveis e complexos e o setor nunca

parou, mesmo em pandemia. As empresas mantiveram sempre a esperança e a confiança. E o setor demonstrou uma vez mais a sua vital importância em alturas de crise. No plano das exportações, os contactos angariados nos últimos anos foram cruciais para um escoamento total da produção nacional. Mas não chega. Precisamos de voltar a este contacto presencial com os nossos clientes e proporcionar experiências de degustação dos nossos produtos a novos clientes e consumidores. É crucial promover a diversidade dos nossos produtos, a sua elevada qualidade e segurança alimentar.

VE - Para lá dos constrangimentos que o setor já experimentava, que novos desafios as empresas enfrentam agora?

GA - Os custos dos fatores de produção, dos transportes e das medidas de segurança que a pandemia exige fizeram disparar custos que já eram elevados. São novos desafios que enfrentamos e aos quais nos adaptámos. Os consumidores continuam a procurar produtos saudáveis, essenciais para uma dieta equilibrada e nutritiva, e as frutas e legu-

mes fazem, garantidamente, parte dessa procura cada vez mais crescente.

VE - Os custos com o aluguer de contentores tem sido reportado por vários setores de atividade. Sentem isso, sobretudo nas exportações para mercados mais distantes?

GA - Temos recebido preocupações dos nossos associados quanto ao aumento dos custos logísticos e, pontualmente, algumas dificuldades de garantia de disponibilidade de transporte para certas geografias.

VE - O Reino Unido consumiu a sua saída da UE a 31 de Janeiro de 2020, tendo havido um ano de transição até janeiro de 2021. É agora, portanto,

que todos estão a sentir as verdadeiras mudanças. E têm sido reportados vários problemas de abastecimento ao país, nomeadamente de alimentos. Como está a situação em relação ao setor das frutas, legumes e flores? H

GA - Até ao momento, as exportações para o Reino Unido mantiveram-se sem grandes alterações de quantidade. Registaram-se alguns períodos de maior dificuldade em cumprir o "transit time" devido à burocracia as-



Gonçalo Santos Andrade, presidente da Portugal Fresh.

Participantes Fruit Attraction Madrid 2021

EMPRESAS

Hortapronta
Beirabaga
Frutas Martinho
Frupor
Luis Vicente
Nogam
Bfruit
Ecofrutas
100% Titular
Kiwicoop
Global Avocados / Madre Frutas
Franol
Cacial
Soc. Agrícola
Quinta da Mó de
Cima SA
Triportugal
Lusopera
Vitacress

Lusomorango

Greenpeas
Campotec

PARCEIROS

Lafpack
Hidrosoph
Magos

CA

EDIA

SIMAB

Fepal

Hubel

ASSOCIAÇÕES

APK

FNOP

Refcast

Porbatata

AIHO

APMA

ANP

sociada ao processo de exportação, mas atualmente não temos nota de atrasos a este nível.

VE - E ao nível das exportações para a UE? Apesar da pandemia, cresceram?

GA - O sector das frutas legumes e flores exporta 78% do valor para a UE27. Em 2020 houve um crescimento das exportações em valor em todos os principais mercados da União Europeia para onde exportamos. Em 2021, devido a um ano agronómico de 2020 complicado e a um mês de janeiro com temperaturas bastante baixas (comparadas com o ano anterior), registou-se um decréscimo de 3,7% em valor e de 9,7% em quantidade.

VE - E as exportações para fora da UE? Quais são os mercados mais promissores e os que apresentam mais dificuldades para as empresas portuguesas?

GA - O mercado asiático é o mercado mais promissor para os produtos portugueses. Recordo que já representa cerca de 50% das compras mundiais. Portugal produz produtos secos e transformados de elevada qualidade, que podem chegar em excelentes condições a esta geografia, e também alguns produtos frescos que se destacam pela boa capacidade de conservação, como as maçãs e as peras.

VE - O PDR 2020 está a responder aos desafios de crescimento do setor das frutas, legumes e flores?

GA - Precisamos, sem dúvida, de mais linhas destinadas ao investimento. As linhas disponíveis não dão resposta a todo o potencial que o setor tem

VE - Que expectativas têm quanto ao novo PDR e aos apoios ao investimento no setor?

GA - Esperamos que abram concursos que, efetivamente, respondam às expectativas de investimento que o setor tem e que permitam responder à procura crescente dos mercados pelos produtos portugueses.

Apoios financeiros ao regadio "não respondem às necessidades"

O Programa Nacional de Regadios (PNRegadios), que define a estratégia de financiamento do regadio no território nacional no período 2014-2023, envolve um investimento previsto de 560 milhões de euros, com apoios do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR2020) e de empréstimos contraídos junto do BEI - Banco Europeu de Investimento e do CEB - Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa. Há já 59 candidaturas aprovadas, que beneficiam "mais de 67.000 hectares".

O presidente da Portugal Fresh é taxativo: "O montante financeiro previsto é muito curto" e "não responde às necessidades existentes".

Vida Económica - Este montante financeiro para o regadio é suficiente?

Gonçalo Andrade - O montante financeiro previsto é muito curto. É necessária uma estratégia muito forte e dotada de valores mais robustos para a reserva de águas superficiais. Só podemos ter um setor competi-

tivo e moderno se tivermos acesso a água. O regadio deve ser a prioridade do setor na próxima década e necessitamos de uma estratégia para ligar o país de Norte a Sul, e do Oeste a Este através da água. Necessitamos de modernizar e revitalizar os perímetros de rega existentes e de criar novas reservas de águas superficiais para sermos verdadeiramente competitivos.

VE - Pergunto de outra forma: o PNRegadios responde às necessidades do regadio em Portugal e aos desafios das alterações climáticas, nomeadamente no Sul?

GA - Não responde às necessidades existentes. Registamos cada vez menos dias de precipitação anualmente e, quando essa precipitação ocorre, por vezes, é mais intensa. Temos que nos adaptar a esta alteração, criando reservas de água superficiais. O uso eficiente da água é uma prioridade do setor e as empresas têm feito elevados investimentos para gerir de forma precisa e sustentável a água.

VE - Então, o que é necessário fazer?

GA - É fundamental melhorar os aproveitamentos hidroagrícolas e criar novos para potenciar o aparecimento de novos negócios de múltiplos fins, permitir a fixação de pessoas no território e ajudar no combate às alterações climáticas. Os produtos portugueses têm muita procura no mercado internacional e, se não aproveitarmos, enquanto país, esta procura, renovando e modernizando os perímetros de rega existentes e criando novos, os países na latitude sul da Europa irão aproveitar a nossa falta de estratégia para o regadio.

VE - O que gostaria de ver implementado?

GA - Uma estratégia para o regadio, respeitando a sustentabilidade ambiental, sem radicalismo, que permitisse ao setor das frutas, legumes e flores atingir 4000 milhões de euros de volume de negócios num espaço de 10 a 15 anos. Gostaria de assistir à modernização dos perímetros de rega atuais e à criação de novos perímetros de rega.

PARTICIPANTES NO WEBINAR "A AQUICULTURA E A TRANSFORMAÇÃO DE PESCADO" ACREDITAM NO POTENCIAL DO SETOR, MAS ESTÃO MUITO CÉTICOS

Aquicultura: incerteza no licenciamento coloca em risco o investimento futuro

A aquicultura desempenha um papel cada vez mais importante na produção mundial de alimentos de origem aquática, devido à sobreexploração de grande parte dos recursos piscícolas. É uma importante alternativa às formas tradicionais de abastecimento de pescado. A sua produção ultrapassa já mais de metade de todo o pescado consumido no mundo, pelo que é considerada um setor estratégico. É, aliás, também, "um dos produtos mais sustentáveis em termos de proteína animal", como referiu Fábio Barroso, secretário-geral da APA - Associação Portuguesa de Aquicultores.

Apesar disso, "a produção está muito aquém das necessidades". E há "constrangimentos graves" que afetam o setor. Os participantes no webinar promovido pela "Vida Económica" dedicado a "A aquicultura e a transformação de pescado" são unânimes: "a incerteza no licenciamento coloca em risco o investimento futuro".

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A prática da aquicultura assenta em três regimes de produção: extensivo, semi-intensivo e intensivo. No primeiro, a espécie a cultivar é capturada no meio natural ou tem origem em unidades de reprodução e a produção efetua-se com recurso a alimentação exclusivamente natural. No semi-intensivo, recorre-se à reprodução artificial para a obtenção de ovos e juvenis e durante a fase de engorda efetuam-se amostragens e calibragens frequentes para otimizar o crescimento e aumentar o rendimento,

Fábio Barroso
Secretário-geral da APA - Associação Portuguesa de Aquicultores

"A aquicultura é um dos produtos mais sustentáveis em termos de proteína animal. Na quantidade ração, o rácio é de um para um. Para cada quilo de peixe, um quilo de ração. No setor bovino é de 10 para um"

recorrendo ao alimento natural e a suplementos alimentares artificiais. No sistema intensivo, a espécie é alimentada recorrendo exclusivamente ao alimento artificial.

A Estratégia Nacional para o Mar (2013-2020) identificava a aquicultura como um dos cinco domínios estratégicos de intervenção para se alcançar o chamado "crescimento azul". O Plano



Estratégico para a Aquicultura Portuguesa (2014-2020) previa um conjunto de metas para o setor, perspetivando-se, com o apoio do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), alcançar até 2023 um aumento da capacidade produtiva nacional de 25 mil toneladas.

Há, porém, constrangimentos. Os operadores do setor queixam-se do enquadramento legal e dos prazos de validade dos títulos/licenças dos estabelecimentos aquícolas, entre eles os viveiros. Na Ria Formosa, o prazo das licenças vigorava até 12 de maio de 2015. Através do Decreto-Lei 46/2016, foi prorrogado por seis anos, ou seja, até 12 de maio de 2021. Porém, o Decreto-Lei 34-A/2021 veio criar "incerteza no setor", prorrogan-

do as licenças apenas por mais um ano, ou seja, até 30 de junho de 2022. Pior, a Associação Portuguesa de Aquicultores (APA) diz mesmo que este diploma não só não resolveu o problema do Título da Atividade Aquícola (TAA) na Ria Formosa como ainda penalizou a região, porque impediu a transmissão das licenças de exploração até 30 de Junho de 2022.

Marta Rocha, bióloga, em representa-

Hugo Metelo Diogo
Diretor-geral da Bluegrowth

"Na Madeira temos três operadores que contribuem em grande escala para o aumento da tonelagem de dourada produzida em Portugal. No entanto, temos, pelo menos, um operador com capacidade de duplicar a produção e tem o investimento estagnado"

ção da Cooperativa de Viveiristas da Ria Formosa, é taxativa: esta situação de "incerteza no licenciamento coloca em risco o investimento futuro" e que é "urgente uma solução legislativa", sob pena de as empresas instaladas passarem a operar ilegalmente.

A Cooperativa Formosa exerce a sua atividade na zona geográfica delimitada pelo Parque Natural da Ria Formosa, local privilegiado onde se produz a maior parte dos moluscos bivalves a nível nacional. Fundada em Olhão, em 1998, tem 178 sócios (muitos dos quais com várias licenças de exploração), todos aquicultores produtores de bivalves. Aliás, a maioria do total nacional de viveiros licenciados estão localizados na Ria Formosa e há 1265 licenças totais nacionais atribuídas, de acordo com a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM).

Entre 2018-2019 houve uma quebra na produção de moluscos bivalves (28,9%), refere Marta Rocha, bióloga e em representação da Cooperativa Formosa. Os viveiros de produção de bivalves representam 86,6% dos estabelecimentos aquícolas, a maioria dos quais está localizada na Ria Formosa. Mesmo assim,

continua a representar 46,6% da produção nacional total. E tem havido quebras na produção. Na amêijoia boa, em 2019, produziram-se 3276 toneladas (3970 toneladas em 2018), uma quebra de 17,5%. Na ostra, houve 1690 toneladas em 2019 face a 3451 toneladas em 2018. A quebra foi de 51%. Marta Rocha está expectante quanto aos números do ano passado. "Temos de estar atentos aos dados de 2020 para perceber a evolução destes números".

Certo é que "os apoios à mortalidade criaram um incentivo positivo à declaração da produção". Sendo verdade que as mortalidades foram "muito expressivas no setor nos últimos anos, sobretudo em 2017, 2018 e 2019, com consequências na produção efetiva nos ciclos de produção dos anos seguintes", houve apoios a essas quebras, reconhece a bióloga.

O que já não consegue compreender são os constrangimentos que o setor vive. "O licenciamento é um dos primeiros". Nos prazos de validade dos títulos de atividade aquícola (TAA) "tem-se vivido uma incerteza constante", o que "põe em risco todo o investimento futuro".

A Cooperativa defende a "aprovação

do Plano para a Aquicultura em águas de transição (PaqAT) adequado ao setor, especialmente no que diz respeito às áreas com potencial aquícola". Quer também que o processo de licenciamento seja "simplificado, tanto a nível da aquicultura dos bivalves, em particular na Ria Formosa, como para os aquicultores a nível nacional". Exigem ainda que "o aquicultor cumpridor com as suas obrigações, que investe no seu viveiro e tem atividade demarcada, tenha de ser apoiado e protegido".

Produção em águas salobras e marinhas

A bióloga aponta ainda outro problema. "Temos observado, ao longo destes últimos anos, com muita preocupação a degradação dos ambientes marinhos e é preciso trabalhar para que a qualidade da água das zonas de produção melhore", diz. Depois, no que respeita à amêijoia boa, "não há mercado para a transformação da amêijoia boa". "Não há zonas de transposição/afinação licenciadas em Portugal". Além de que, diz Marta Rocha, "é preciso agilizar a comercialização da semente de amêijoia boa proveniente dos bancos naturais desde o seu destino, seja o estuário/ria ou sistema lagunar onde a semente tenha nascido".

Fábio Barroso, secretário-geral da APA, faz idêntico diagnóstico. A produção global da UE tem-se mantido relativamente constante em termos de volume desde 2000, enquanto a produção mundial tem

vindo a aumentar quase 7% ao ano.

A produção em aquicultura atingiu, em 2017, 12 549 toneladas, com um valor de 83,2 milhões de euros. Em 2019 foram produzidas 14.337 toneladas. A produção em águas salobras e marinhas foi a mais importante (94,4% do total). A produção de peixe em águas salobras e marinhas, por sua vez, representou 37,5% da produção total, e desta, 80,3% corresponderam à produção de dourada e pregado. O aumento na produção de peixes marinhos (+ 11,4%) explica-se, no essencial, pelo incremento da produção de duas espécies em relação ao ano anterior. O pregado (2745 toneladas) e o robalo (701 toneladas) aumentaram 17,4% e 64,2%, respetivamente. Estes aumentos compensaram a quebra na produção de dourada (1038 toneladas), que teve um decréscimo de 13,2%.

Fábio Barroso não tem dúvidas: "A aquicultura é um dos produtos mais sustentáveis em termos de proteína animal. Na quantidade ração, o rácio é de um para um. Para cada quilo de peixe, um quilo de ração, enquanto no setor

José Maria Freitas
Presidente da Associação Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe (ANICP)

"Há um problema complicadíssimo" com os stocks de sardinha, a principal espécie para abastecimento da indústria de conservas e já se fala em introduzir sardinha portuguesa de aquicultura"

Marta Rocha
Bióloga, em representação da Cooperativa de Viveiristas da Ria Formosa

"O licenciamento deve ser simplificado, tanto a nível da aquicultura dos bivalves, como para os aquicultores a nível nacional. O aquicultor cumpridor com as suas obrigações, que investe no seu viveiro tem de ser apoiado e protegido".



bovino, por exemplo, é de 10 para um. No setor aviário o rácio é de dois para um". Para além disso, "os consumos têm vindo a aumentar consideravelmente". Há um "crescimento enorme da procura de peixe", mas "os stocks estão estáveis e é quase impossível que aumentem e para colmatar estas necessidades de proteína animal a produção aquícola tem vindo a assumir um papel muito relevante".

No consumo 'per capita', Portugal é um dos países na Europa que mais peixe consomem. No entanto, diz o secretário-

-geral da APA, "a produção está muito aquém das necessidades. É necessário financiamento, nomeadamente europeu".

Fábio Barroso explica que "há uma meta a que Portugal se propõe e, nessas metas, Portugal fica sempre muito aquém do que se propõe atingir". Isso deve-se a "dois problemas centrais". Um é "o licenciamento, que é um problema gigante na aquicultura", pois "é extremamente difícil obter uma licença de produção e, quando se obtém, os prazos são muito baixos", o que traz "uma grande instabilidade aos investidores".

Outro dos problemas a que a APA tem estado atenta é a perceção dos consumidores. "Ao longo dos anos em várias provas cegas vemos que produzimos peixe de qualidade incomparável e o sabor é inquestionável. E é um setor com um potencial gigante. Temos de fazer com que cresça. Tem de ser acompanhado de um maior apoio em termos de licenciamento", diz o mesmo responsável.

Estabelecimentos de aquicultura em Portugal (2019)

José Maria Freitas, presidente da Associação Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe (ANICP), foi outro dos oradores. Referiu que, em 1925, Portugal estava no "auge do que conhecemos da indústria conserveira". Havia 400 fábricas a trabalhar em Portugal e dezenas de milhares de mulheres empregadas. Neste momento, há 21 unidades industriais de conservas em laboração, 17 no continente, quatro nos Açores, que asseguram 3500 postos de trabalho de mão de obra direta e outros tantos de mão de obra indireta.

Cofisa constrói nova fábrica na ilha do Pico

José Maria Freitas falou dos stocks de peixe - "um problema complicadíssimo" -, nomeadamente de sardinha, a principal espécie para abastecimento da indústria de conservas. Há, porém, falta de abastecimento de sardinha da costa portuguesa e já se fala em introduzir sardinha portuguesa de aquicultura, que garante uma menor pegada de carbono, por comparação com a sardinha importada. Há já um projeto de investigação nesse âmbito, levado a

cabo pela Estação Piloto de Piscicultura em Olhão (EPPPO), criada pelo IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera.

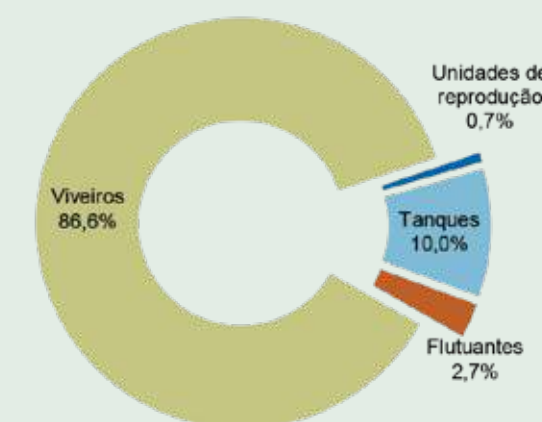
Esta unidade ocupa uma área de cerca de setecenta hectares do Parque Natural da Ria Formosa, em Marim, sendo composta de uma zona de maternidade (dispondo de reprodutores de nove espécies de peixes marinhos adaptadas a cativo), uma zona de pré-engorda e a área de engorda em tanques de terra, em sistema de monocultura, policultura ou multitrofico.

O presidente da ANICP está ciente de que a indústria conserveira exporta 70% do que produz e revela que a empresa que lidera, a Cofisa, na Figueira da Foz, "está em fase de construção de uma nova unidade de transformação na ilha do Pico, nos Açores".

"Estagnação de milhões de euros de investimento"

Hugo Diogo, diretor-geral da Bluegrowth, que presta serviços a vários operadores do setor, nacionais e es-

trangeiros, é muito crítico da situação do setor. Queixa-se que não há confiança para atrair investidores estrangeiros e que "chegamos ao ponto de ver fugir investidores" para Espanha ou a Irlanda.



Fonte: DGRM, Estatísticas da aquicultura

da por falta de atratividade e de clareza e estabilidade das regras em Portugal. Lamenta que em Portugal não haja "estratégia" assumida a médio/longo prazo, olhando até para este setor "numa lógica soberana".

"Na Madeira, por exemplo, temos

três operadores que contribuem em grande escala para o aumento da tonelagem de dourada produzida em Portugal. E a verdade é que, hoje em dia, temos, pelo menos, um operador com capacidade de duplicar a produção e tem o investimento estagnado porque estes movimentos das teorias da conspiração e os movimentos negacionistas vingaram contra a aquicultura" no arquipélago. E estes movimentos negacionistas, diz, "não têm tido uma voz em contraponto. E ela tem de surgir".

O consultor também adverte para o produto importado do exterior que nem sempre tem qualidade. "Estamos a importar mau produto", disse, lembrando que "não podemos estar a apostar em campanhas de sensibilização para o consumo de produtos de aquicultura, enquanto o mercado estiver inundado de douradas turcas ou gregas de qualidade inferior" ao que produzimos por exemplo na Madeira e no Algarve. Temos de que "dar prioridade à alavancagem de produção nacional, para que o consumidor tenha acesso a produtos de qualidade e, associado a isso, haja comunicação para o consumidor".

FEEDINOV, APIC E FILPORC CONTESTAM ESTUDO DA REVISTA CIENTÍFICA "NATURE FOOD"

O papel da pecuária no desenvolvimento rural e no ecossistema é "frequentemente negligenciado"

"Em Portugal, apenas 10,7% das emissões são provenientes da agricultura"



ANA SOFIA SANTOS
Diretora-geral do laboratório colaborativo FeedInov

que este estudo afirma é que a produção agrícola de alimentos para humanos (alimentos de origem animal e vegetal) é responsável por 35% das emissões antropogênicas de GEE, dos quais 57% das emissões provêm da produção de animais para a produção de carne, ou seja, 20% do total de emissões.

Em todo o mundo, 360 milhões de bovinos e cerca de 600 milhões de pequenos ruminantes fornecem 25% dos produtos de origem animal a partir de áreas agrícolas marginais, onde não é possível produzir cereais ou outras culturas edíveis para humanos. 70% da área total agrícola não é arável e a utilização de animais (em particular ruminantes) permite converter biomassa vegetal em alimento de elevado valor nutricional para os humanos.

A produção de carne, em particular, é frequentemente criticada pelo elevado consumo de cereais, com os números citados variando entre 6 kg e 20 kg de cereais por kg de carne produzida. O limite superior dessa faixa é, no entanto, baseado na produção de carne bovina em 'feedlot' (engorda intensiva), que responde a cerca de 7% a 13% da produção global de carne bovina. Não se aplica a outras formas de produção que produzem os 87-93% restantes da carne bovina.

De facto, o debate sobre este assunto carece quase sempre de reconhecimento da grande diversidade nos sistemas de produção e nos bens e serviços prestados pela pecuária, claramente multifuncionais.

A pecuária tem atualmente um papel essencial a desempenhar no sentido da promoção de sistemas alimentares

mais ecológicos, saudáveis e justos. Como recicladores por natureza, os animais podem contribuir para a circularidade de forma ímpar, e para um uso mais eficiente e melhor dos recursos, utilizando a biomassa não edível, produtos alimentares locais e fontes inovadoras de alimentos, fornecendo fertilizantes orgânicos. A pecuária também é mais do que apenas produção de alimentos. O seu impacto no desenvolvimento rural, na fixação de pessoas em zonas vulneráveis e na manutenção de ecossistemas é comprovadamente importante e, frequentemente, negligenciado.

Equilibrar os ciclos de azoto e fósforo, mitigar as emissões de GEE

Em Portugal, 10,7% do total de emissões de GEE são provenientes da agricultura.

Dentro do total de emissões provenientes do setor agrícola, a fermentação entérica foi, em 2019, responsável por 51,6%, e o tratamento e manejo de estrumes e chorumes teve uma contribuição de cerca de 13%, significando que podemos alocar cerca de 65% das emissões do setor agrícola direta (fermentação entérica) e indiretamente (estrumes e chorumes) à atividade pecuária. Ou seja, 65% de 10,7% – cerca de 7% das emissões de GEE – são provenientes da produção animal.

No entanto, estes são valores de emissões apenas ao nível da produção, não estão aqui contabilizadas as emissões do processamento e transporte dos produtos de origem animal. No Roteiro para a Neutralidade Carbónica e no Plano Nacional de Energia e Clima, temos as linhas diretrizes para o setor. Carecemos deste cálculo para a nossa realidade e para a diversidade dos nossos sistemas, trabalho que o FeedInov já iniciou.

Sobre como se inverte e/ou mitiga esta situação e, simultaneamente, se explica tudo isto aos consumidores, em primeiro lugar é preciso repensar o papel da pecuária nos sistemas agrícolas. A reintegração dos sistemas de produção animal e vegetal fornece novas oportunidades para gerir recursos de forma mais eficiente e segura. Uma abordagem integrada permite equilibrar os ciclos de azoto e fósforo, mitigar as emissões de GEE, maximizar o sequestro de carbono do solo, contribuir para a promoção/manutenção da biodiversidade e restaurar as funções de ecossistemas associados, incluindo a fertilidade do solo, a polinização, o controlo de pragas, etc...

Depois, os sistemas de produção animal também podem apoiar a realização de muitos dos objetivos de desenvolvimento sustentável e, nomeadamente, contribuir para a vitalidade de numerosas regiões na Europa. E, em Portugal, particularmente nas regiões já despovoadas do interior. Para isso, o setor deve continuar a aumentar os seus objetivos, além da simples produção de bens.

Um estudo recente publicado na revista científica "Nature Food" veio dizer que a produção agrícola de alimentos para humanos (de origem animal e vegetal) é responsável por 35% das emissões antropogênicas de gases com efeitos de estufa (GEE), dos quais 57% das emissões provêm de animais para a produção de carne, ou seja, 20% do total de emissões.

"Automóveis têm mais impacto no aquecimento global do que produzir a alimentação"



GRAÇA MARIANO
Diretora executiva da APIC – Associação Portuguesa dos Industriais de Carnes

Relativamente a Gases de Efeito de Estufa (GEE) e Aquecimento Global, face aos mais recentes dados oficiais em Portugal, a agricultura e a pecuária são responsáveis unicamente por cerca de 10% das emissões nacionais de GEE (dados de 2017, em CO2 equivalente). O que significa que a utilização individual de carros tem mais impacto no aquecimento global do que produzir a alimentação para o país. Por esta razão o próprio Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), do Ministério do Ambiente, atribui uma redução de GEE à agricultura de apenas 11% até 2030 face a 2005.

Especificamente na atividade pecuária importa referir que, em Portugal, a pecuária é maioritariamente feita em regime extensivo e as pastagens contribuem positivamente para o balanço de carbono (sequestram o carbono). Isso mesmo distingue Portugal e a Europa do resto do mundo, tal como atestado no

A "Vida Económica" confrontou três entidades ligadas à fileira animal. Pede-lhes dados relativos a Portugal e perguntou como se mitiga esta situação e se explica tudo isto aos consumidores. Três mulheres responderam. Ana Sofia Santos, diretora-geral do laboratório colaborativo FeedInov, Graça Mariano, diretora executiva da APIC – Associação Portuguesa dos

Industriais de Carnes, e Patrícia Fonseca, diretora executiva da FILPORC – Associação Interprofissional da Fileira da Carne de Porco, são unânimes: em Portugal, apenas 10,7% do total de emissões de GEE são provenientes da agricultura. No entanto, a pecuária tem "um papel essencial a desempenhar no sentido da promoção de sistemas alimentares mais ecológicos, saudáveis

e justos". Mais: "a pecuária é mais do que apenas produção de alimentos"; "o seu impacto no desenvolvimento rural, na fixação de pessoas em zonas vulneráveis e na manutenção de ecossistemas é comprovadamente importante e, frequentemente, negligenciado".

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt



relatório 'Climate Action in Rural Areas', do European Network for Rural Development.

As pastagens contribuem, ainda, para o incremento do teor de matéria orgânica do solo. Assim, a relação entre a atividade pecuária e as emissões/remoções de GEE tem de ser abordada numa perspetiva holística. Nesta perspetiva (holística), se considerarmos o conjunto dos setores agroflorestal e pecuário, uma vez que a grande maioria da floresta é propriedade privada e, assim, responsabilidade, dos operadores económicos do agroalimentar, percebemos que a contribuição total para as emissões de GEE é inferior a 1%, segundo o Inventário de Emissões da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Há também que realçar os aspetos positivos e relevantes para o ambiente, nomeadamente o contributo para a diminuição do risco de fogos rurais que, ano após ano, têm vindo a deflagrar em Portugal, nomeadamente através da pastorícia. Este impacto positivo é reconhecido e atestado pela Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF) no seu Plano Nacional de Ação de combate a fogos rurais.

Ainda segundo o PNEC 2030, a agricultura é o setor que menos energia

consome, unicamente 3%.

Para além da importância que a produção animal tem como forma de evitar a desertificação do interior, é importante também sublinhar as boas práticas de produção animal implementadas em Portugal no que concerne às rigorosas condições de bem-estar animal, baseadas na legislação europeia, muito mais restritiva que a dos outros produtores de animais fora da Europa.

"A sustentabilidade de um alimento depende de seu método de produção"

Podemos ainda acrescentar que, segundo o Recenseamento Agrícola (RA) 2019, 61% do efetivo bovino é explorado em regime extensivo, que 12% dos bovinos estabelecidos pastoreiam, que cerca de 2/3 do efetivo suíno estabelecido está alojado em instalações de pavimento com grelha parcial.

Por último, não poderia deixar de enaltecer a importância da carne como alimento, a qual contém nutrientes de alta qualidade, nomeadamente o ferro heme, sendo consumida há séculos e com provas de que melhora o desenvolvimento do ser humano.

Na verdade, nenhum alimento em si é insustentável nem prejudicial à saúde

por definição. A sustentabilidade de um alimento depende de seu método de produção, que pode ser mais ou menos sustentável, enquanto a salubridade de um produto alimentar depende da forma como é consumido e incorporado a uma dieta geral adequada.

A pecuária tem um papel a cumprir em relação à biodiversidade e é um setor chave na economia circular. O setor da pecuária não produz apenas alimentos, mas também uma ampla gama de subprodutos, começando com adubos e outros efluentes. Hoje, 40% das áreas cultivadas do mundo usam fertilizantes orgânicos da produção animal, isto é, ao valorizar os subprodutos da cadeia alimentar, a pecuária contribui para uma agricultura mais eficiente.

A reciclagem, ou como alguns dizem, 'reaproveitamento' de biomassa de recursos como grama, palha e farelo que não são comestíveis para as pessoas, é um processo importante. Se não forem consumidos pela pecuária, esses resíduos e subprodutos podem rapidamente tornar-se um fardo ambiental em si mesmos, à medida que aumenta a demanda humana por alimentos processados. Em outras palavras, o setor de base vegetal não pode ser sustentável sem pecuária.

"Setor agrícola é o único que contribui globalmente, de forma positiva, para captar carbono"



PATRICIA FONSECA
Diretora executiva da FILPORC – Associação Interprofissional da Fileira da Carne de Porco

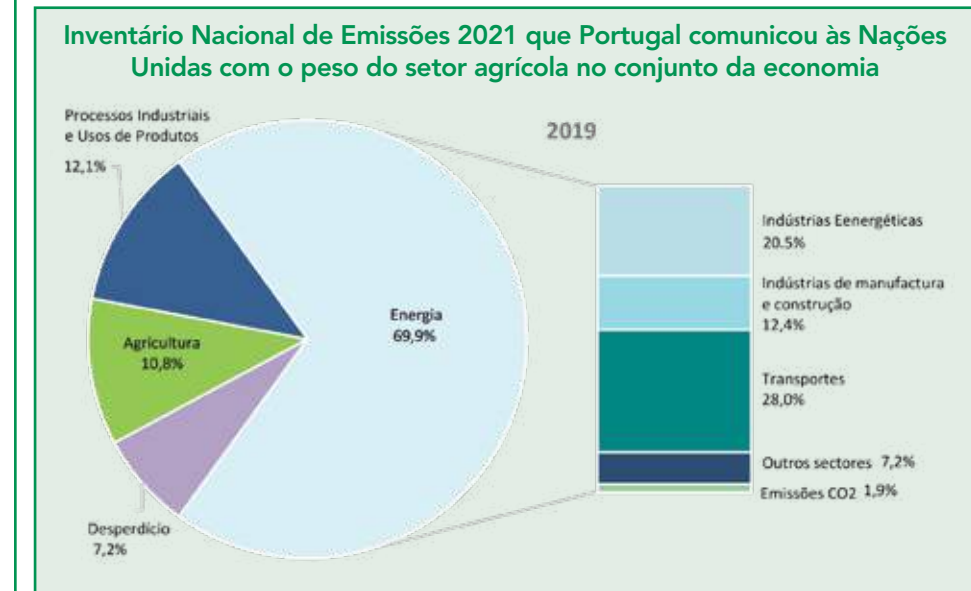
as florestas, as pastagens e o uso do solo (o LULUCF), que o IPCC contabiliza separadamente e que são sumidouros de carbono, ou seja, o setor agrícola é o único que efetivamente contribui globalmente, de uma forma positiva, para captar carbono. Seja nas florestas (que infelizmente ardem, e quando isso acontece, esse efeito anula-se), seja nas pastagens, que só existem com o objetivo de serem pastoreadas pelos animais que produzem carne, mas que, no nosso país, têm de ser vistos integrados no seu modo de produção, maioritariamente extensivo.

Os agricultores, com o seu modo de vida, as suas pastagens (que, se não forem para os animais comerem, terão outro uso do solo e irão emitir mais GEE) e a sua floresta, prestam um serviço único à sociedade: captar uma parte do carbono da sua própria atividade e ainda uma parte do que os restantes cidadãos e atividades económicas emitem.

Para mitigar esta situação, o setor da suinicultura tem feito, nos últimos anos, progressos notáveis. A nível da genética, hoje temos animais mais eficientes, o que significa que produzem mais por cada unidade de recurso; a alimentação animal também se tornou mais eficiente com o recurso aos igualmente estigmatizados organismos geneticamente modificados, substituímos algumas fontes proteicas clássicas por alternativas como farinhas de peixe e a partir de agora farinhas de carne (que voltaram a ser autorizadas) e insetos.

Ao nível da gestão de efluentes, a suinicultura segue as orientações identificadas no BREF 2015, no que diz respeito às melhores técnicas disponíveis, como o enterramento do efluente suínico nos solos agrícolas num período inferior a 24 horas após a sua aplicação, redução do consumo de água na exploração, que resulta numa diminuição do volume do efluente produzido, coberturas naturais de lagoas de armazenamento de efluentes, entre outras.

Como se explica isto aos consumidores? Creio que apenas com o empenhamento de todos, do setor, do Governo e da comunicação social também. E que, por cada artigo sensacionalista que seja publicado, haja pelo menos dois responsáveis e sustentados na realidade nacional, onde a visão seja integrada e não parcial, onde o consumidor possa fazer uma escolha verdadeiramente informada e não deformada.



PORTUGAL FRESH QUER ATINGIR 2500 MILHÕES DE EUROS DE EXPORTAÇÕES ATÉ 2030

'Miss Tata' estreia-se na Fruit Attraction em Madrid

TERESA SILVEIRA *
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A PORBATATA – Associação da Batata de Portugal, criada em setembro de 2016, trouxe pela primeira vez à Fruit Attraction de Madrid a marca coletiva 'Miss Tata', criada para ser a embaixadora da batata portuguesa em Portugal e no estrangeiro.

Na feira, a 'Miss Tata' está integrada no pavilhão da Portugal Fresh - Associação para a Promoção das Frutas, Legumes e Flores de Portugal, que também regressou esta semana, em Madrid, às feiras presenciais pós-pandemia com 20 empresas, oito parceiros e sete associações setoriais, entre elas a PORBATA.

A batata nacional está, assim, representada, pela primeira vez, naquela que é considerada uma das maiores feiras internacionais, a Fruit Attraction, que decorreu esta semana (entre 5 e 7 de outubro) na capital espanhola.

A Direção da PORBATA considera que, sendo este "um evento de referência global" para toda a cadeia de valor do setor de frutas e legumes, a Miss Tata teria aqui "uma oportunidade única para cumprir o seu objetivo: valorizar a produção nacional, estimular o consumo e aumentar as exportações da batata portuguesa".



O setor das frutas, legumes e flores exportou 1683 milhões de euros em 2020 e prevê chegar aos 1700 milhões no final deste ano. A meta traçada pela Portugal Fresh aponta para os "2500 milhões de euros de exportações até 2030"

Com sede na zona Oeste, na Lourinhã, a PORBATATA representa os interesses de toda a fileira em Portugal e é "uma voz única e ativa do setor, unindo a batata semente, a produção, a comercialização e a indústria". Representa mais de metade dos produtores de batata em Portugal e conta com mais de meia centena de associados.

No âmbito do seu Projeto de Promoção da Batata Portuguesa nos Mercados Externos, até 2022, a batata portuguesa será promovida em França, Alemanha, Espanha, Holanda, Emirados Árabes Unidos, Eslovénia e Angola, mercados considerados "estratégicos". O projeto é apoiado pelo Portugal 2020, no âmbito do Programa Operacional Competiti-

vidade e Internacionalização e prevê um investimento global de 352.988 euros, financiado em 85% pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Entre as iniciativas previstas está, justamente, a criação de uma marca própria coletiva – 'Miss Tata' –, que foi apresentada publicamente em novembro de 2020. Um evento que contou com a presença e participação de João Torres, secretário de Estado do Comércio e Defesa do Consumidor, Nuno Russo, então secretário de Estado da Agricultura, Berta Redondo Benito, secretária-geral da Europatat, e Sérgio Ferreira, presidente da PORBATATA.

Em 2019, as exportações de batata somaram 28,5 milhões de euros. Os principais destinos foram Espanha, Alemanha, Holanda, Cabo Verde, França, Bélgica e Luxemburgo. Em Portugal, o consumo "per capita" de batata é de 93,6 quilos/ano.

O setor das frutas, legumes e flores exportou 1683 milhões de euros em 2020 e prevê chegar aos 1700 milhões no final deste ano. A meta traçada pela Portugal Fresh aponta para os "2500 milhões de euros de exportações até 2030".

* A jornalista viajou a convite da associação Portugal Fresh

PUB

Ciclo de webinars:
"Os desafios do agroalimentar na próxima década"

A produção e exportação de amêndoa

quinta-feira, 28 outubro às 15h00, via Facebook Live

VidaEconómica
GRUPO EDITORIAL

VidaEconómica
Business School

AgroVida



David Carvalho
CEO Veracruz



José Pedro Salema
Presidente da EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva



Tiago Costa
Presidente da Associação Portuguesa de Frutos Secos

Patrocínio:



* transmissão em direto na página agrovida-vidaeconomica no Facebook

Informações Ana Bessa (Dep. Formação) | Vida Económica - Editorial SA.

Rua Gonçalo Cristóvão, 14 R/C | 4000-263 Porto | ☎ 223 399 427/00 | Email: anabessa@vidaeconomica.pt | www.vebs.pt